2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Anúncio n.º 6982/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 2576/06.0TBCLD

Insolvente — ISOTEMP — Sociedade de Representações, L.ª
Efectivo da comissão de credores — Coldkit Ibérica — Materiais Rolantes, S. A., e outro(s).

ISOTEMP — Sociedade de Representações, L.ª, número de identificação fiscal 503073849, Rua da Rosa, 7, apartado 147, 2500-168 Caldas da Rainha.

Jorge Manuel e Seíça Dinis Calvete, administrador de insolvência, Avenida de Victor Gallo, lote 13, 1.º, esquerdo, 2430-202 Marinha Grande.

Ficam notificado todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento — o que dispõe o artigo 233.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

1 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Isabel Baptista*. — O Oficial de Justiça, *Helena Vitória*.

2611054673

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

Anúncio n.º 6983/2007

Processo n.º 1521/06.7TBCVL

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Herança de José Carvalho Sousa, bilhete de identidade n.º 623570, Avenida de Viriato, 233, 2.º, Tortosendo, 6200-000 Tortosendo;

Administrador da insolvência — Dr. João Castelhana, Rua de Simões de Castro, 147-A, 1.º, C, 3000-388 Coimbra.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 8 de Novembro de 2007, pelas 9 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores, por ter sido dada sem efeito a anteriormente designada para o dia 19 de Outubro de 2007 às 14 horas e 30 minutos.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado e, se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

27 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Pedro Gama da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Lurdes Ferreira*.

2611054578

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO

Anúncio n.º 6984/2007

A juíza de direito Dr.ª Iolanda Pereira, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 178/01.6TAESP, pendente neste Tribunal contra o arguido António Patrício de Brito Arantes, filho de Patrício da Silva Arantes e de Maria das Dores Queirós de Brito, nascido em 7 de Março de 1978, bilhete de identidade n.º 11407328, com domicílio em Veiga, Oleiros, Vila Verde, 4730 Vila Verde, por se encontrar acusado da prática de outros crimes contra o Estado, previstos e punidos pelo artigo 58.º, n.º 3, com referência aos artigos 34.º, n.º 1, e 35.º, da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, praticado em 8 de Janeiro de 2001, por despacho de 5 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

21 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Iolanda Pereira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria José Rodrigues*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE

Anúncio n.º 6985/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 3066/05.3TBFAF

Credor — Banco Internacional de Crédito, S. A.
Insolvente — FREDINOR — Confecções, Unipessoal, L.ª

FREDINOR — Confecções, Unipessoal, L.ª, número de identificação fiscal 506516580 e endereço na Rua do Prof. Oliveira Frade, 24-26, 4820-283 Fafe.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por inexistência de bens da sociedade insolvente.

17 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Sérgio Afonso de Carvalho Pimentel*. — O Oficial de Justiça, *Maria Isabel Novais*.

2611054833

Anúncio n.º 6986/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 1925/06.5TBFAF

Credor — Eurospiro Comercialização de Componentes de Ar Condicionado, S. A.

Insolvente — FRIFAFE II — Projectos e Instalações de Climatização, L.ª

No 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Fafe, no dia 27 de Abril de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora FRIFAFE II — Projectos e Instalações de Climatização, L.ª, número de identificação fiscal 974866989 e endereço na Avenida do Brasil, 66, B1, E, rés-do-chão, Fafe, 4820-121 Fafe, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora Luís Guilherme Leite Lopes, a quem foi fixado o domicílio na sede da insolvente.

Para administrador da insolvência foi nomeado o Dr. Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, endereço em Castelões, Apartado 6042, 4774-909 Pousada de Saramagos.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento e montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 6 de Dezembro de 2007, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).